

O SERVIÇO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE NO BRASIL APÓS A POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

THE EARLY STIMULATION SERVICE IN BRAZIL AFTER THE POLICY OF EDUCATIONAL INCLUSION

Simone Pereira Monteiro¹ | Edicléa Mascarenhas Fernandes²

RESUMO: A Estimulação Precoce é um serviço que visa potencializar o desenvolvimento de crianças nos três primeiros anos de vida que nasceram com alguma deficiência. Anterior à Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), este serviço era oferecido principalmente em espaços educacionais, respaldado pelas Diretrizes Educacionais de Estimulação Precoce (1995). Este artigo tem a finalidade de analisar as produções acadêmicas na área da Estimulação Precoce em nosso país, dez anos após a Política de Inclusão implantada em 2008, fazendo um comparativo de produções antes e depois da implementação da referida Política. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática da literatura sobre as produções acadêmicas na área de Estimulação Precoce nos últimos vinte anos. Em 2018, realizou-se uma busca eletrônica nas seguintes bases de dados: SciElo, Google Acadêmico e Portal CAPES, fazendo um levantamento das publicações de 1998 a 2018. Concluiu-se que houve um aumento significativo de produções sobre esta temática nos últimos dez anos em comparação à década anterior, o que significa um ganho para esta área de estudo e para este público alvo, uma vez que este programa deve ser valorizado e ampliado, na faixa etária que é considerada a mais importante para o seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Estimulação precoce. Educacional. Política de inclusão.

ABSTRACT: Early Stimulation is a service that aims to enhance the development of children in the first three years of life who were born with some disability. Prior to the Special Education Policy in the Perspective of Inclusive Education (2008), this service was offered mainly in educational spaces, backed by the Education Guidelines for Early Stimulation (1995). This article has the purpose of analyzing the academic productions in the area of Early Stimulation in our country, ten years after the Inclusion Policy implemented in 2008, making a comparative of productions before and after the implementation of said Policy. The methodology used was the systematic review of the literature on academic production in the area of Early Stimulation in the last twenty years. In 2018, an electronic search was carried out in the following databases: SciElo, Google Academic and CAPES Portal, making a survey of the publications from 1998 to 2018. It was concluded that there was a significant increase of productions on this subject in the last ten years in comparison to the previous decade, which means a gain for this area of study and for this target audience, since this program should be valued and expanded, in the age group that is considered the most important for its development.

Keywords: Early stimulation. Educational. Inclusion policy.

¹ Mestranda em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: symonepermon@ig.com.br

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

INTRODUÇÃO

Crianças com atraso no desenvolvimento global, com deficiência e bebês de risco, fazem parte do público-alvo do serviço de Estimulação Precoce (EP) que é oferecido principalmente no âmbito da saúde e em instituições que realizam atendimentos às pessoas com deficiência.

Esse atendimento, ora chamado de Estimulação Precoce, ora chamado de Intervenção Precoce, sofreu inúmeras críticas quanto às terminologias usadas no decorrer dos tempos.

Antes de mencionar as mudanças no atendimento em EP após a Política de Inclusão, faremos uma abordagem de como era realizado este programa antes da implementação de tal política.

Em nosso país, antes da Política da Inclusão, as Diretrizes Educacionais sobre a Estimulação Precoce (1995), direcionava as ações de como implementar e conduzir este serviço, contendo valiosas orientações para os profissionais que exercem este programa.

Tendo em vista esse quadro panorâmico da situação atual do País em relação aos programas de estimulação precoce, considerou-se necessária e urgente a elaboração de um documento que tratasse das Diretrizes Educacionais sobre a Estimulação Precoce, para fundamentar a implantação e a atualização adequada dos programas destinados às crianças com necessidades especiais em seus primeiros anos de vida. (BRASIL, 1995, p. 10)

Nessas diretrizes, percebe-se que, uma vez adotado este programa, seus benefícios são notórios na vida das crianças que dele participam.

O emprego de programas de estimulação precoce pode prevenir ou atenuar os possíveis atrasos ou defasagens no processo evolutivo infantil. Mais de cinquenta por cento das crianças portadoras de deficiência podem atingir o desenvolvimento normal, desde que se adotassem, efetivamente, medidas de prevenção. Dentre as que se destacam, estão aquelas referentes à estimulação precoce. (BRASIL, 1995, p.7)

Este programa foi implementado em nosso país a partir das décadas de 70 e 80, “constituíram e constituem um investimento social e humano altamente produtivo, uma vez que os esforços se dirigem à prevenção das deficiências ou a diminuição de seu agravamento” (BRASIL, 1995 p.8). Tendo em seu público-alvo crianças com deficiência sensorial (visual e auditiva), física, mental, múltipla e condutas típicas.

Consultando o Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998), outro documento importante na educação de crianças pequenas e que aponta os locais para atendimento das crianças com deficiência, assim como o envolvimento de todos os agentes responsáveis, tais como: escola, família e comunidade.

As alternativas de atendimento educacional às crianças que apresentam necessidades educativas especiais, no Brasil, vão desde o atendimento em instituições especializadas até a completa integração nas várias instituições de educação. A qualidade do processo de integração depende da estrutura organizacional da instituição, pressupondo propostas que considerem:

grau de deficiência e as potencialidades de cada criança;

- idade cronológica;
- disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;
- condições socioeconômicas e culturais da região;
- estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial

já implantado nas unidades federadas. Para que o processo de integração dessas crianças possa acontecer de fato, há que se envolver toda a comunidade, de forma a que o trabalho desenvolvido tenha sustentação. É preciso considerar este trabalho como parte do projeto educativo da instituição. (BRASIL, 1998, p.37)

Então, entende-se que em nosso país, mesmo antes da Política da Inclusão ser estabelecida, havia um trabalho voltado para a educação de crianças com deficiência nos primeiros anos de vida, mesmo fora de um contexto inclusivo e que acreditava-se que a ausência ou diminuição da oferta desse programa pode ser avaliada como um retrocesso, uma perda ou um prejuízo de modo irreparável.

Por isso, após a referida política, foi necessário retomar o incentivo deste serviço para além da área da saúde, priorizando-o no âmbito educacional, possibilitando que mais crianças tenham acesso à ele.

Nos últimos anos, uma nova preocupação surgiu em nosso país que evidenciou este serviço: O surto do ZV no Brasil que acarretou em uma quantidade significativa de nascimento de bebês com microcefalia e conseqüente atraso no desenvolvimento global , obrigando o governo federal a realizar várias ações para enfrentar este problema.

Em 2016, o Ministério da Saúde divulgou as Diretrizes de Estimulação Precoce: Crianças de zero a 3 anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor Decorrente de Microcefalia com o objetivo de “ajudar os profissionais da Atenção à Saúde no trabalho de estimulação precoce às crianças de zero a 3 anos de idade com microcefalia” (BRASIL, 2016, pág. 5).

Esta medida foi uma das ações do Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia, criado em 2015, cuja as frentes de trabalho estabelecia: a mobilização e combate ao mosquito, o atendimento às pessoas e o desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa.

O serviço de estimulação precoce, apesar de atualmente estar associado a área da saúde como é mostrado no documento das diretrizes de estimulação precoce lançado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2016) que define essa atividade como “*um programa de acompanhamento e intervenção clínico-terapêutica multiprofissional [...]*” (p. 6), tem registros de diretrizes na educação há mais de 20 anos.

Numa época em que vivemos um surto de tamanha proporção, onde um enorme prejuízo aos desenvolvimento dos bebês infectados estão sendo observados é necessário e urgente a ampliação no âmbito educacional do serviço de estimulação precoce como ocorria no passado.

Os resultados deste serviço mostram que a EP possibilita uma janela de oportunidades para o bebê afetado, minimizando os efeitos da deficiência e promovendo a potencialidade da criança.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O NOVO DIRECIONAMENTO PARA A ESTIMULAÇÃO/ INTERVENÇÃO PRECOCE

Com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que objetiva garantir a inclusão escolar dos alunos com deficiência, o acesso e a continuidade aos demais níveis de ensino, entre outros, novas possibilidades surgiram. Assim, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume um novo local de atendimento para a EP.

Este documento proporcionou tanto a garantia da pessoa com deficiência avançar em escolaridades através do suporte da EE, mostrando a transversalidade dessa modalidade que inicia-se na primeira etapa da educação básica que é a Educação Infantil (EI), como também aponta o AEE um local para implementação e oferta da EP.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

[...]

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. (BRASIL, 2008, p.16)

Em 2015, o Ministério de Educação publicou a Nota Técnica N° 02/2015 MEC/SECADI/DPEE- SEB/DICEI onde estabelece orientações para a organização e oferta do AEE na EI.

O AEE na educação infantil é fundamental, para que as crianças, desde os seus primeiros anos de vida, usufruam da acessibilidade física e pedagógica aos brinquedos, ao mobiliário, às comunicações e informações, utilizando-se da Tecnologia

Assistiva como uma área que agrega recursos e estratégias de acessibilidade. (BRASIL, 2015)

Assim, o AEE é considerado um local de atendimento educacional a ser realizado a EP podendo o bebê ser atendido desde o nascimento .

Todo o interesse de apontar o cenários desse programa de educação para crianças com deficiência até os três anos, no Brasil, visa analisar o quantitativo de publicações após a política de inclusão em relação ao período anterior a esta legislação.

METODOLOGIA

Neste artigo, foi utilizado como metodologia uma revisão sistemática de literatura sobre a Estimulação Precoce no Brasil. As bases consultadas foram as seguintes: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Portal CAPES. A seleção destas bases de dados ocorreu por estas serem confiáveis e reconhecidas cientificamente. Foi realizada uma busca através do acesso ao sítio eletrônico das bases, utilizando os descritores “Estimulação Precoce” e depois “Intervenção Precoce”. Além disso, foi feito um recorte temporal no período de 1998 a 2008 (década anterior à implantação da Política de Inclusão).

Tabela 1: Informações sobre as publicações analisadas no período de 1998a 2008.

PORTAL CAPES		SCIELO		GOOGLE ACADÊMICO	
Estimulação Precoce	Intervenção Precoce	Estimulação Precoce	Intervenção Precoce	Estimulação Precoce	Intervenção Precoce
48	158	1	3	962	210

Fonte: Bases de Dados: Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES. Elaboração própria.

Logo após, foi feito outro recorte temporal no período de 2008 a 2018 (período que totaliza a década da implantação da Política de Inclusão), a fim de obter o quantitativo de publicações.

Tabela 2: Informações sobre as publicações analisadas no período de 2008 a 2018.

PORTAL CAPES		SCIELO		GOOGLE ACADÊMICO	
Estimulação Precoce	Intervenção Precoce	Estimulação Precoce	Intervenção Precoce	Estimulação Precoce	Intervenção Precoce
160	1466	4	16	15.100	22.600

Fonte: Bases de Dados: Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES. Elaboração própria.

Para melhor visualizar as publicações neste período que completa uma década da Política de Educação Inclusiva este ano, um novo recorte foi feito acrescentando os descritores: “Estimulação Precoce na Escola”, “Estimulação Precoce no AEE” (Atendimento Educacional Especializado) e “Estimulação Precoce na Sala de Recursos” no período que completa uma década da legislação de inclusão em nosso país. A opção por descritores estritamente relacionados com a área educativa ocorreu em virtude da área da Estimulação Precoce abranger diferentes profissionais dentro e fora do ambiente escolar.

Tabela 3: Informações sobre as publicações analisadas no período de 2008 a 2018.

“Estimulação Precoce na Escola“			“Estimulação Precoce no AEE”			“Estimulação Precoce na Sala de Recursos”		
PORTAL CAPES	GOOGLE ACADÊMICO	SCIELO	PORTAL CAPES	GOOGLE ACADÊMICO	SCIELO	PORTAL CAPES	GOOGLE ACADÊMICO	SCIELO
149	14.900	0	0	1.310	0	35	15.300	0

Fonte: Bases de Dados: Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES. Elaboração própria.

Com os dados obtidos acima, desejou-se verificar com os mesmos descritores o período de 1998-2008 e obteve-se a seguinte constatação:

Tabela 4: Informações sobre as publicações analisadas no período de 1998 a 2008

“Estimulação Precoce na Escola“			“Estimulação Precoce no AEE”			“Estimulação Precoce na Sala de Recursos”		
PORTAL CAPES	GOOGLE ACADÊMICO	SCIELO	PORTAL CAPES	GOOGLE ACADÊMICO	SCIELO	PORTAL CAPES	GOOGLE ACADÊMICO	SCIELO
22	13.400	0	0	29	0	7	7.150	0

Fonte: Bases de Dados: Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES. Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as informações sobre as publicações analisadas no período de 1998 a 2008, constata-se que no Portal CAPES, ao usar o termo “Estimulação Precoce” foi apresentado 48 artigos e ao sugerir o termo “Intervenção Precoce” foram contabilizados 158 artigos, sendo excluídos livros e teses apenas em português.

Na base SciELO, ao utilizar o termo “Estimulação Precoce” no período de 1998 a 2008, foi contabilizado 1 artigo neste período. Foram excluídos artigos em outros idiomas que não fossem em português, assim como os documentos que não fossem da área educacional, priorizando a educação e pesquisa educacional por se tratar de inclusão educacional e avaliar as pesquisas nesta área.

Ao utilizar os mesmos critérios com o termo “*Intervenção Precoce*,” outra nomenclatura usada para este mesmo serviço, foram contabilizados 3 artigos.

No Google Acadêmico, ao utilizar a palavra-chave “Estimulação Precoce” foram encontrados 962 artigos, adotando os mesmos critérios na pesquisa anterior. Ao sugerir o termo “Intervenção Precoce” o resultado foi de 210 artigos.

Posteriormente, foi realizada uma busca com as mesmas palavras-chaves no período de 2008 a 2018, a fim de analisar o quantitativo de pesquisas na área da EP, no campo educacional, nos últimos dez anos.

Ao pesquisar na base CAPES e optar pela palavra-chave “Estimulação Precoce” foram apresentados 160 artigos em português, na área da Educação. Foram excluídos artigos em outros idiomas, assim como teses e livros. Ao utilizar o termo “Intervenção Precoce” sob os mesmos critérios, foram constatadas 1.466 artigos.

Na base SciELO, foi utilizado o termo “Estimulação Precoce” no período de 2008 a 2018, contabilizando 4 artigos neste período (3 artigos e 1 artigo de revisão). Foram excluídos artigos em outros idiomas que não fosse em português. No entanto, nenhum deles era da área da Educação (3 sobre Reabilitação, 1 sobre Oftalmologia e 1 sobre Ortopedia). Ao optar pelo termo “Intervenção Precoce”, 50 artigos foram apresentados. Então, foi feita uma busca refinada excluindo áreas que não fossem Educação, idiomas que não fossem em português, assim como outras produções que não fossem artigos. Contabilizando 16 artigos na área de Educação e pesquisa educacional e de Educação Especial.

No Google Acadêmico, ao utilizar a palavra-chave “Estimulação Precoce” foram encontrados 15.100 artigos, adotando os mesmos critérios na pesquisa anterior. Ao sugerir o termo “Intervenção Precoce” o resultado foi de 22.600 artigos em português nos últimos dez anos.

Através de um novo recorte foi feito outro recorte adicionando os descritores: “Estimulação Precoce na Escola”, “Estimulação Precoce no AEE” e “Estimulação Precoce na Sala de Recursos”, no período de 2008 a 2018.

Através do termo “Estimulação Precoce na Escola” foi contabilizado no Portal Capes, sendo selecionado apenas as produções em português, 139 artigos e 10 livros foram encontrados. No Google Acadêmico, foram encontradas 14.900 produções em português e na base SciELO não foi encontrada nenhuma publicação.

Através do uso da palavra-chave “Estimulação Precoce no AEE”, o Portal Capes contabilizou 0 publicação em português. O Google Acadêmico contabilizou 1.310 publicações na língua portuguesa e a base SciELO 0 publicação.

Um outro descritor escolhido foi “Estimulação Precoce na Sala de Recursos” que resultou em 35 produções no Portal Capes, 15.300 no Google Acadêmico e 0 publicação na base SciELO. Considerando produções em português.

Toda a pesquisa realizada com os últimos três descritores , foram feitas considerando o período de 2008 a 2018.

Logo após, foi realizado outra pesquisa com a faixa temporal de 1998 a 2008.

Os resultados obtidos foram: com o uso da palavra-chave “Estimulação Precoce na Escola” foi contabilizado no Portal Capes 22 publicações . No Google Acadêmico, foram encontradas 13.400. Na base SciELO não foi encontrada nenhuma publicação. Considerando todas as produções em português.

Uma outra palavra-chave selecionada foi “Estimulação Precoce no AEE”, onde Portal Capes contabilizou 0 publicação em português, enquanto que o Google Acadêmico contabilizou 29 publicações e a base SciELO 0 publicação.

A última palavra-chave foi “Estimulação Precoce na Sala de Recursos” que resultou em 7 produções no Portal Capes, no Google Acadêmico 7.150 produções e 0 publicação na base SciELO.

Assim, considerando o quantitativo de produções uma década anterior ao período da Política de Inclusão e uma década depois, foi notório o crescente número de produções referentes ao tema.

Tabela 5: Quantitativo de publicações no período de 1998 a 2018.

Quantitativo de publicações de 1998 a 2008	Quantitativo de publicações de 2008 a 2018
1.382	39.346

Fonte: Bases de Dados: Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES. Elaboração própria.

Como resultado da pesquisa realizada, no período de 1998 a 2008, foram encontradas 1.382 publicações, enquanto que na década posterior foram encontradas 39.346. Nota-se que nos últimos dez anos tivemos um aumento de aproximadamente vinte e oito vezes mais do que na década anterior à política de educação inclusiva.

Tabela 6: Quantitativo de publicações referentes a área educacional no período de 1998 a 2018.

Quantitativo de publicações referentes a área educacional no período de 1998 a 2008	Quantitativo de publicações referentes a área educacional no período de 2008 a 2018
20.586	31.694

Fonte: Bases de Dados: Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES. Elaboração própria.

Outro fator interessante foi a análise utilizando os termos relacionados à área educacional. Também ocorreu um aumento nas pesquisas demonstrando o interesse nas pesquisas educacionais envolvendo as crianças com deficiências na fase escolar nos primeiros três anos de vida.

Em consulta à Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), esta assegura à pessoa com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; (BRASIL, 2015)

A garantia de um sistema educacional inclusivo retrata uma avanço numa sociedade marcada por longos períodos de segregação e inclusão.

Outro fator relevante é que o reflexo dessa política resulta no fomento de produções científicas, respaldada pelas legislações que garantem a inclusão em todos os níveis, acarretando também em estratégias para estimular a aprendizagem dos alunos que necessitam ser respeitados por suas limitações e ao mesmo tempo potencializando seu desenvolvimento. Tornando-se primordial para a escolarização dessas crianças.

Outro reflexo é o maior interesse de profissionais, de diferentes áreas, em valorizar e pesquisar esta área- a educação de pessoas com deficiência. Possibilitando assim a garantia de direitos para este público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Diretrizes Educacionais sobre a Estimulação Precoce (1995) norteou este programa até a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Após esta data, além do direcionamento da inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil, outros espaços de atendimento da Estimulação Precoce surgiram como a sala de recursos e não apenas instituições e clínicas.

As mudanças ocorridas mostraram um amadurecimento e um interesse de dar continuidade ao programa tendo como reflexo o aumento de produções acadêmicas nesta área, produzindo maior conhecimento em relação ao tema nos últimos dez anos em relação à década anterior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Estimulação Precoce*. Ministério da Educação e Cultura- CENESP, 1975.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes educacionais sobre Estimulação Precoce: o portador de necessidades educativas especiais / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC, SEESP,1995. 48 p. (Série Diretrizes; 3).*

_____. *Diretrizes de Estimulação Precoce: Crianças de Zero A 3 Anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor decorrente de Microcefalia / Ministério Da Saúde, Secretaria De Atenção À Saúde. – Brasília: Ministério Da Saúde, 2016. 123P.*

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika* Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 49p.. : il. Modo de acesso: www.saude.gov.br/svs ISBN 1. Vírus Zika. 2. Plano. 3. Atenção à Saúde. I. Título. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/dezembro/14/PROTOCOLO-SAS-MICROCEFALIAZIKA-vers--o-1-de-14-12-15.pdf>. Acesso em 07 Jan. 2018.

_____. *Nota Técnica nº 2, de 04 de agosto de 2015. Orientações para Organização e Oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18047-ntc-02-orientacoes-paraorganizacao-oferta-do-ae-na-educacao-infantil&Itemid=30192. Acesso em 20 Jan. 2018

_____. *Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia*. Brasília: Ministério Da Saúde, 2015. Disponível em: http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/campanhas/dengue2015/Broadside_Microcefalia_20x28_V2.pdf. Acesso em 12 Jan. 2018.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil* / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1.

_____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015* que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRUNONI, D. et al Microcephaly and other Zika virus related events: the impact on children, families and health teams. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3297-3302, Oct. 2016. Available from http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003297&lng=en&nrm=iso. Access on Jan. 2018